PRATICANTES DA CIDADE: RESISTÊNCIAS URBANAS EM JACOBINA (1955-1963).

Edson Silva [1]

O artigo tem como objetivo analisar as formas de apropriação do espaço urbano desenvolvida por parte de determinados habitantes da cidade de Jacobina de 1955 á 1963, período em que a cidade passou por uma série de intervenções urbanas como a construção e reformas de praças públicas, calçamentos, saneamento e iluminação de ruas, implantação de serviço de limpeza urbana, aberturas de avenidas e uma tentativa de normatização e disciplinarização do espaço urbano, empreendido pelos gestores municipais com intuito de construir um ideal de cidade "progressista" e "civilizada". Por meio do discurso do jornal *Vanguarda* e das fotografias Osmar Micucci deste período, investigamos as "resistências", as "artimanhas" e "astúcias" criadas por alguns habitantes desta cidade diante do projeto de normatização do espaço urbano.

Palavras-chave: cidade; apropriações; práticas.

O presente artigo, é oriundo da pesquisa desenvolvida por meio da bolsa de Iniciação Científica do PICIN-UNEB 2011-2012, sob orientação do Prof°. Dr. Washington Drummond, tem como objetivo analisar as maneiras de apropriação do espaço urbano desenvolvida por determinado segmento da população cidatina de Jacobina diante as tentativas de disciplinarização e controle do espaço urbano empreendido pelos administradores municipais com o plano de "modernização" da cidade. Através do discurso do jornal *Vanguarda* e das fotografias do fotógrafo Osmar Micucci, averiguamos as "resistências", "artimanhas" e "astúcias" criadas por alguns habitantes desta cidade frente a esse processo.

Dessa forma, abordaremos a questão a partir da concepção teórica de Michel de Certeau que defende o "retorno as práticas" [2], aos modos e as maneiras que os sujeitos apropriam-se dos espaços. Através da noção de praticantes da cidade direcionaremos a nossa análise para esses praticantes ordinários, para as experiências desses pedestres e caminhantes do espaço urbano, para desse modo como diz Certeau "acompanhar alguns dos procedimentos – multiformes,

resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam á disciplina” [3], aos usos planejados e às normatizações implantadas pelos administradores urbanos.

A cidade de Jacobina em meados da década de 1950 e início dos anos 1960 passou por várias modificações no seu espaço urbano. A partir das gestões municipais de Orlando Oliveira Pires (1955-1959) e de Florivaldo Barberino (1959-1963) a cidade sofreu uma série de intervenções urbanas que a tempo desejava a elite política da cidade.

Investir no “progresso” e “civilidade” da cidade era o discurso do jornal *Vanguarda* aliado do poder público nessa empreitada modernizante. Construir obras públicas de estrutura urbana, como calçamento de ruas, saneamento, iluminação, implantação de serviço de limpeza, construção de praças, e disciplinar certas práticas consideras inadequadas para a cidade, eram temas veiculados através no jornal e uma prática exercida pelo poder público municipal.

Era por meio do jornal *Vanguarda* que a elite política, social e letrada construía o seu discurso, de um ideal de cidade: “progressista” e “civilizada”. Esses dois termos genéricos expressava uma concepção de cidade defendida por essa elite, que se revestia de uma série de intervenções urbanas empreendidas pela prefeitura no sentido de modernização, como a construção de uma imagem de cidade desenvolvida, com um centro urbano de consumo, lazer e cultura.

A imprensa uma das grandes invenções da modernidade teve um papel destacado na propagação de valores de “civilização” e “progresso” no Brasil durante o século XIX e XX. Em Jacobina o jornal *Vanguarda*, constituía no meio através do qual, à elite política da cidade apresentava e difundia suas ideias e o seu projeto de civilização da cidade. Dessa forma, o jornal condenava as práticas da população pobre da cidade, algumas ligadas ao mundo rural. Ao longo das suas diversas publicações, encontramos uma série de reclames quanto a certos comportamentos desse segmento da população considerados inadequados para a cidade.

Por meio do discurso do jornal *Vanguarda* e das fotografias de Osmar Micucci, observamos que diante das intervenções do poder público municipal sobre a cidade, no intuito de modernizá-la, houve resistências cotidianas frente a esse processo, contrariando a utopia de

cidade ordeira planejada pela prefeitura e defendida pelo jornal. Através da lei, do Código de Posturas do Município e do Código Sanitário, buscava-se por ordem na cidade, normatizar e disciplinar determinadas práticas.

O jornal enfaticamente fazia reclames apelando para a intervenção do poder público (prefeito, delegado, chefe do distrito sanitário), diante de certos hábitos da população, a exemplos da criação de animais, lavagens de roupas, a ação de "malandros" e os banhos no rio. Os conflitos resultantes do projeto modernizador da cidade nos revela uma forma outra de se apropriar do espaço urbano pelos praticantes. Forma essa que contradiz a visão de cima das intervenções urbanas executadas pelos administradores da cidade.

A criação de animais dentro do perímetro urbano era proibida pelo Código de Posturas do Município desde 1933 quando foi criado, no entanto era uma prática da população da cidade que se perpetuava. Em 1955 o *Vanguarda* em um artigo da página 4 da edição 306, denunciava que os animais continuavam a pastar nas ruas:

> Não obstante o Sr. Prefeito Municipal já haver tomado providências, no sentido de proibir que se criem animais soltos nas ruas desta cidade, ainda se registram fatos dessa natureza, em flagrante desrespeito ao Código de Posturas, que prevê penalidades para tais abusos.
> Daqui apelamos, em particular, para os proprietários dos referidos animais a fim de que retirem das ruas os seus animais, colaborando, desta forma, com a administração pública, no sentido de dar a Jacobina um melhor aspecto de cidade civilizada e progressista. [4]

Os editores do jornal logo se colocam como se fosse o advogado da sociedade, solicitando aos criadores dos animais para tirarem os mesmos de circulação das ruas. Pelo lugar social dos homens de imprensa da cidade, compreendemos que esse é o desejo da elite, preocupada com a imagem da cidade a ser preservada, assim corrobora com a prática do poder público municipal no combate de criação de animais dentro do contorno urbano.

Em outra edição o jornal trazia como manchete da primeira página "A Invasão da Cidade Pelos Animais [5]", seguida o texto:

> Os animais estão tomando conta da cidade. No jardim da Praça Castro Alves, na Praça 2 de Julho, nas ruas Duque de Caxias e Cel. Rocha Pires e,

> finalmente, em todos os cantos da nossa urbe encontram-se vacas, jegues e porcos livremente pastando, num atentado num atentado aos nossos foros de civilização e num flagrante desrespeito ao art.52 do nosso Código de Posturas Municipais. Nem mesmo presos nos quintais das residências é permitida a criação de tais animais, quando mais soltos pelas ruas, como ora abusivamente se verifica!
> É preciso que esses proprietários recalcitrantes saibam, mais uma vez, que é proibido, por lei, criarem-se animais no perímetro urbano.
> No ano passado, a Prefeitura local, depois de ter advertido a população, empreendeu uma campanha contra os animais soltos, encontrados nas ruas; campanha essa que encontrou o apoio da imprensa e das pessoas de espíritos esclarecidos. Mas, passados alguns meses, voltam os renitentes a criar animais soltos no perímetro urbano.
> Urge uma medida enérgica contra esse hábito retrógado desses indivíduos de espíritos pouco arejados! [6]

A criação de animais dentro do espaço urbano possivelmente era prática de setores mais pobres da cidade. Dentro do contexto de uma sociedade capitalista, Jacobina não deixava ser uma cidade marcada por desigualdades sociais, como provavelmente não existia oferta de trabalho formal para todos, a criação de animais dentro do espaço urbano podia ser uma maneira desses habitantes de obter uma renda, vendendo os animais, ou mesmo para consumo próprio. A prática pode ser entendida como uma estratégia de sobrevivência desses habitantes. Isso denota também como estas pessoas não eram passivas diante das imposições autoritárias de modernização da cidade, ainda mais quando estava em jogo maneiras de sobrevivência.

Outra prática dos moradores da cidade era as lavagens de roupas no leito do rio. Assim o jornal denunciava "Estão Lavando Roupa nos Locais Proibidos Pelas Posturas Municipais!". [7]

> Pessoas irresponsáveis e sem princípios estão lavando roupa no Rio do Ouro, acima dos locais em que a população jacobinense apanha água para beber e para outros fins domésticos.
> Como é sabido, só é permitido a lavagem de roupa na confluência do Rio do Ouro com o Itapicuru-Mirim, fora daí é expressamente proibido pelas posturas municipais.
> É necessário que os prepostos da Prefeitura redobrem a sua vigilância no Rio do Ouro a fim de evitar que indivíduos inescrupulosos continuem a lavar roupa nos lugares proibidos. [8]

Conforme citado pelo jornal a lavagem de roupa no leito rio só era permitida em um trecho determinado, no entanto algumas questões devem ser postas, será que nesse espaço apontado era possível que todos lavassem roupa neste lugar? Quem eram as lavadeiras de roupa? As quais o jornal qualifica de "irresponsáveis e sem princípios". De quem e para quem elas

lavavam as roupas? Essas indagações merecem ser analisadas.

Primeiro sobre o espaço permitido de lavagem, levemos em consideração que uma cidade que comportava 10 mil pessoas, conforme artigo publicado no jornal [9], e que na periferia da cidade não tinha água encanada ainda, assim as pessoas precisavam do rio para lavagem de roupa, utensílios domésticos, etc, poderia não ser possível comportar uma considerável quantidade pessoas nesse espaço determinado. As lavadeiras de roupa provavelmente eram pessoas da classe pobre da cidade, lavavam suas próprias roupas como podia lavar para terceiros, para as senhoras das famílias da elite social da cidade, que condenava tal prática.

Além das lavadeiras, existiam os banhistas nos rios que cortavam a cidade, também repreendidos pelo jornal. Dessa forma, os editores reclamavam novamente a intervenção das autoridades:

> como se sabe, há muito tempo, a Saúde Pública proibiu despejo de águas servidas, lavagem de roupas, banhos, etc, no trecho que medeia entre a última ponte e a barragem daquele Rio, pois nessa área que a população local se abastece de água potável".
> Fica o fato aqui registrado com vistas ao Chefe do Distrito Sanitário desta cidade. [10]

Percebemos no discurso do jornal a defesa da "saúde pública", que coibia além das práticas já citadas, também o despejo "de águas servidas", no caso esgoto de residências, isso parece ser contraditório já que as residências que podiam ter água encanada ficavam no centro, "há um esgoto de águas servidas despejando no Rio do Ouro, próximo á balaustrada de ponte da Praça Castro Alves". [11] Pela localização dessa praça, sabemos que nas imediações próximas a ela era onde concentrava as residências da elite social da cidade, assim quando o jornal denuncia as práticas, omiti que as águas podiam vir destas residências.

O fotógrafo Osmar Micucci nas suas andanças na cidade também registrou em suas fotografias as práticas da população de lavagens de roupas e os banhos no rio, vejamos:

Imagem 1. (Lavadeiras no Rio do Ouro. 1958. Foto: Osmar Micucci)

Pelo enquadramento da fotografia temos uma visão perspectiva do leito do rio e das lavadeiras ocupando o seu espaço, destaque para a quantidade de pessoas lavando roupa. Está fotografia pelo seu ângulo foi registrada a partir de uma ponte sobre o Rio do Ouro, próximo a Praça Castro Alves, centro da cidade. Tal prática no centro da urbe contrariava a concepção de cidade idealizada pela elite, tão preocupada com aparência, dessa forma como poderia conceber um visitante se deparar com uma cena dessa natureza dentro do espaço urbano, uma prática atentando contra o foro de cidade “progressista” e “civilizada”.

Imagem 2. (Banhista no Rio Itapicuru-Mirim.1958. Foto: Osmar Micucci)

Nesta imagem (2), Osmar Micucci fotografou enquadrando de forma panorâmica o leito do rio Itapicuru-Mirim cheio, com flagrante de um banhista no rio no momento do salto, e várias pessoas a contemplar o ato. Essa prática de banhos nos rios que cortavam a cidade, tanto combatida pelo poder público, era uma prática de lazer da população pobre da cidade, desviante da concepção de lazer associado ao consumo compreendido pela elite, sendo por isso recriminada pelo poder municipal e pelo jornal.

Desejando ver extintas essas práticas na cidade, assim o jornal se expressava nas suas páginas quando assumiu o novo chefe do distrito sanitário:

> Assumiu s.s, no dia 8 do corrente mês, as suas novas funções, tendo já tomado algumas medidas em beneficio do estado sanitário da nossa urbe.
> A população jacobinense esperta do dr. Raimundo Diniz Veloso urgente medida de repressão contra o desenfreado criatório de animais soltos no perímetro urbano, bem como contra os banhistas no Rio do Ouro. Fomos informados de que várias pessoas já se dirigiram a s.s. neste sentido, inclusive o diretor do Ginásio Deocleciano Barbosa de Castro, dr. Edulindo Ribeiro de Carvalho.[12]

Aqui identificamos o jornal discorrendo em nome da coletividade "a população jacobinense", apresentando a questão como se houvesse um consenso social, "várias pessoas já se dirigiram" ao diretor do distrito sanitário, como conhecemos o periódico representa os anseios da elite da cidade. Dessa forma, logo cita o diretor da instituição escolar, alguém de um lugar social reconhecido para legitimar seu discurso.

Em 1956 o jornal denunciava outras práticas desviantes na Praça Castro Alves, centro da urbe.

> Conforme foi noticiado em nossa última edição, os malandros estão quebrando os bancos do jardim da Praça Castro Alves e, não satisfeitos com esse ato vandálico, estão também roubando os globos da iluminação daquele logradouro!
> Urge enérgica providência da Delegacia de Polícia no sentido de evitar a continuação destes crimes contra o patrimônio da nossa urbe. [13]

O discurso entusiasta do jornal e a intervenções do poder público municipal sobre a cidade, no

intuito de construir uma urbe de acordo com as concepções da elite expressas no jornal, vertidas em práticas de modernização urbana, higienização e disciplinarização do espaço, foram confrontadas com resistências cotidianas, como a citada acima. Contrariando os usos planejados desses espaços, as normas instituídas, esses sujeitos, praticantes da cidade se apropriavam do espaço urbano resistindo de diversas maneiras a disciplinarização, e atribuindo sentido outros a esses lugares.

Estes eram os sujeitos ordinários, e suas práticas na cidade constituíam para a elite o avesso da cidade desejada, deviam, portanto desaparecer do espaço urbano. Sobre estes sujeitos ordinários Paola Jacques Berenstein assim coloca:

> O outro urbano é o homem ordinário, praticante das cidades, que escapa – resiste e sobrevive – no cotidiano, da anestesia pacificadora. Como bem mostra Michel de Certeau (1994) ele inventa seu cotidiano, reinventa modos de fazer, astúcias sutis e criativas, táticas de resistência e de sobrevivência pelas quais se apropria do espaço urbano e assim habita o espaço público de forma anônima e dissensual. [14]

Deste modo, o projeto ideal de cidade respaldado pela elite jacobinense e empreendido pelo poder público não se constituiu de forma totalizadora, artimanhas e resistências cotidianas afloravam como reapropriações do espaço urbano. Maneiras de resistir a disciplinar eram desenvolvidas pelos sujeitos ordinários, por isso a insistência do jornal em denunciar essas práticas cotidianas, como os banhos nos rios, as lavagens de roupas, a criação de animais, apropriações do espaço da cidade, que estavam em disputa.

Nesse sentido, como define Michel de Certeau "assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade". [15] Desta maneira, a forma de conceber a cidade pela a elite, expressa como vimos através do jornal, constituía-se uma desenho planejado de gerir o espaço da urbe, que, no entanto ganhava outra dimensão por meio da apropriação desses espaços por estes praticantes da cidade. Desenvolviam-se modos de resistência através do não cumprimento dos Códigos (Sanitário, Posturas) que regulavam o uso dos espaços urbanos ou atribuindo sentidos diferentes do idealizado, maneiras que sempre escapavam a norma, nos termos empregados por De Certeau, os praticantes da cidade, desenvolvem astúcias, artimanhas ou táticas e

estratégias “impossíveis de gerir”. [16]

Notas:

[1] Edson Silva. Graduando em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV. Pesquisa desenvolvida por meio da Bolsa de Iniciação Cientifica (PICIN/UNEB, 2011-2012). Email: edisomsilva@gmail.com

[2] DE CERTEAU, Michel. “Caminhadas pela cidade”. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Tradução: Ephaim Ferreira Alves. 3° edição. Petrópolis . Vozes, 1998.p.174.

[3] _____. “Caminhadas pela cidade”. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Tradução: Ephaim Ferreira Alves. 3° edição. Petrópolis . Vozes, 1998.p.175.

[4] Jornal Vanguarda, N° 306, 21/08/1955. (grifo nosso).

[5] Jornal Vanguarda, N° 343, 12/05/1956.

[6] Idem.

[7] Jornal Vanguarda, N° 481, 15/05/1959.

[8] Idem.

[9] Jornal Vanguarda, nº 300, 10/07/1955.

[10] Jornal Vanguarda, N° 379, 26/01/1957. (grifo nosso).

[11] Idem.

[12] Jornal Vanguarda, N° 400, 13/07/1957. (grifo nosso).

[13] Jornal Vanguarda, N° 327, 21/01/1956.

[14] JACQUES, Berenstein Paola. *Experiência errática*. Revista Redobra N° 9 . Ano 3. 2012. p.195.

[15] _____. “Caminhadas pela cidade”. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Tradução: Ephaim Ferreira Alves. 3° edição. Petrópolis . Vozes, 1998.p.174.

[16] Idem.